

**ATA DA 5ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA EMPRESA DE  
PESQUISA ENERGÉTICA - CONCEPE  
REALIZADA NO DIA 10 DE JUNHO DE 2010**

**Preâmbulo.** Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, no Centro de Convenções do Hotel Guanabara, localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 392, Centro, Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o **Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética – CONCEPE**, instituído na forma da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e do Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, constituído nos termos da Portaria nº 333, de 05 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado de Minas e Energia, e convocado pelo seu Presidente. Estiveram presentes os membros do Conselho Consultivo, os Senhores **CESAR WEINSCHENCK FARIA, CARLOS ROBERTO SILVESTRIN, JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES, LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA, SÉRGIO VALDIR BAJAY e XISTO VIEIRA FILHO**. Participaram da reunião pela EPE, o seu presidente **MAURICIO T. TOLMASQUIM** e os diretores **AMILCAR GUERREIRO, IBANÊS CÉSAR CÁSEL, ELSON RONALDO NUNES e JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS**; participaram, ainda, como convidados, **ADRIANA COLI PEDREIRA**, Coordenadora Socioambiental da ABIAPE – Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia, **FERNANDO CEZAR MAIA**, Assessor da ABRADÉE, **EDMUNDO ALFREDO POCHMANN DA SILVA**, Assessor da ABRAGET, e **ADALBERTO SILVEIRA NETO**, Assessor do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia.

**Abertura.** A reunião foi aberta pelo **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, que agradeceu a presença dos integrantes do Conselho. Em seguida, indicou a mim, DENILVO MORAIS, para secretariar a reunião, em observância ao disposto no art. 6º e parágrafo único, da Portaria MME nº 333/2007. Na seqüência, o Presidente apresentou a pauta da reunião, já enviada aos membros do Conselho, constituída dos seguintes itens: **(1)** Leilão da Usina de Belo Monte: relato dos fatos que envolveram a licitação; situação atual e perspectivas futuras - Apresentação da EPE; **(2)** Apresentação dos principais temas em debate no FMASE e posicionamento do Fórum sobre os mesmos: a) licenciamento ambiental (licenciamento em UCs/PLs envolvidos); b) desenvolvimento sustentável das reservas dos potenciais hidráulicos; c) mudanças climáticas; d) Código Florestal (área de preservação permanente e reserva legal); e) questão indígena e f)clusas; e **(3)** Outros Assuntos.

O **Presidente LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** solicitou a inversão da pauta para que os debates fossem iniciados pelo item **(2) Apresentação dos principais temas em debate no Fórum de Meio-Ambiente do Setor Elétrico - FMASE** e posicionamento do Fórum sobre os mesmos, o que foi aceito por todos.

Iniciou-se, então, a apreciação dos assuntos da pauta:

1) Apresentação dos principais temas em debate no FMASE e posicionamento do Fórum sobre os mesmos: a) licenciamento ambiental (licenciamento em UCs/PLs envolvidos); b) desenvolvimento sustentável das reservas dos potenciais hidráulicos; c) mudanças climáticas; d) Código Florestal (área de preservação permanente e reserva legal); e) questão indígena e f) eclusas. O **Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** convidou **ADRIANA COLI PEDREIRA**, Coordenadora Socioambiental da ABIAPE, para fazer a apresentação dos principais temas em debate no Fórum de Meio-Ambiente do Setor Elétrico – FMASE. Na apresentação, **ADRIANA COLI PEDREIRA** iniciou destacando que o Fórum congrega 15 entidades representativas do setor elétrico (segmentos: geradores de todas as fontes; transmissores; consumidores e comercializadores) para discutir e apresentar contribuições ao desenvolvimento do marco regulatório ambiental, com foco no desenvolvimento sustentável. O seu âmbito de atuação compreende o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público e tem como objetivos: a elaboração de propostas de Projetos de Leis, sugestões de emendas a projetos em andamento; a participação nas Câmaras Técnicas do CONAMA e CNRH; participações e contribuições em reuniões, audiências e consultas públicas. Promove, ainda, a divulgação de dados técnicos, estudos e posicionamentos; realiza interações com a mídia, ONGs e outras entidades como CNI, FIESP, ABDIB, WWF e TNC. **ADRIANA** apresentou, também, um detalhamento das ações do Fórum com relação a: 1. Licenciamento Ambiental em Unidades de Conservação, mudanças administrativas e legais; 2. Mudanças legais visando o aproveitamento dos Potenciais Hidráulicos; 3. Acompanhamento da Política Nacional de Mudanças Climáticas; 4. Estudo da Legislação Florestal sobre Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal; 5. Exploração de Recursos Hídricos em Terras Indígenas; e 6. A construção de eclusas em barragens destinadas ao aproveitamento hidrelétrico. A íntegra da apresentação está anexa a esta Ata. O presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** parabenizou a iniciativa de construção do Fórum pois a sua atuação influencia no processo de licenciamento ambiental. O **Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** informou que foi criado no Fórum um grupo para cuidar de “Mudanças Climáticas” e que pretende agendar reunião com o Diretor da EPE – Amílcar Guerreiro para tratar do tema. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que os cenários que estão no Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE já são os cenários de mitigação e este não é o mesmo conceito utilizado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL.



Sugeriu um debate sobre o tema para nivelção do conhecimento com os conselheiros. **ADRIANA COLI PEDREIRA** afirmou que o Ministério da Fazenda está estudando a implantação de um mercado de emissões de carbono e que apresentará projeto para conhecimento das entidades. **MAURICIO TOLMASQUIM** lembrou que hoje não há cota para as emissões de carbono. **O Conselheiro CESAR WEINSCHENCK FARIA** questionou se o PDE já atende as metas de redução de abatimento das emissões dos gases de efeito estufa. **CARLOS ROBERTO SILVESTRIN** informou que no estado de São Paulo foi aprovada lei sobre emissões e que estão sendo identificadas metas de redução. A Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB criou uma Câmara Técnica sobre energia elétrica. O Estado criou uma Agência de Fomento para incentivar a troca de equipamentos. A CBA - Companhia Brasileira de Alumínio e a Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA têm operado mudanças de processo que possam significar a incorporação de energia gerada, o que aumentará a autoprodução. **O Presidente do Conselho LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** arguiu se o **Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA**, que é o coordenador do Fórum de Meio-Ambiente do Setor Elétrico – FMASE, desejava fazer alguma manifestação. **LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** disse que o Fórum representa um interlocutor importante do setor para fazer face ao poderio das ONGs de influenciarem decisões no setor elétrico. **O Conselheiro CESAR WEINSCHENCK FARIA** questionou o interesse do Ministério da Fazenda na criação do Mercado de Emissões de Carbono. Para **MAURICIO TOLMASQUIM** este mercado só poderá funcionar se forem criadas limitações para emissões de carbono. **O Conselheiro CARLOS ROBERTO SILVESTRIN** afirmou que esta proposta do Ministério da Fazenda está muito adiantada e o MDL só vai até 2012. **O Conselheiro LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** afirmou que o Ministério de Ciência e Tecnologia, bem como os Ministérios de Minas e Energia e o de Relações Exteriores são contrários à fixação de metas obrigatórias. **O Presidente do Conselho LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** agradeceu à **ADRIANA COLI PEDREIRA** pela apresentação e encerrou as discussões sobre este item da pauta.

2) Leilão da Usina de Belo Monte: relato dos fatos que envolveram a licitação; situação atual e perspectivas futuras. **O Presidente do Conselho LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** passou a palavra ao presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** que discorreu sobre os principais questionamentos sobre Belo Monte. A primeira crítica que se faz é porque não é feita mais eficiência energética em detrimento da construção de hidrelétricas. O nosso consumo per capita é ½ do Chile e 1/3 da Europa. Outra crítica é porque não é feito repotenciação das Usinas Hidrelétricas com extensa vida útil. O trabalho feito na EPE mostra que o ganho é muito pequeno. A usina de Belo Monte está sendo estudada há 30 anos. O projeto inicial era a construção de Babaquara e Cararaô. Houve uma redução significativa no projeto de engenharia, o

reservatório passou de 1.225 km<sup>2</sup> para 440 km<sup>2</sup>. Além disso, a região de Altamira no Pará será contemplada com recursos de Compensação Financeira, popularmente conhecidos como “royalties” e a região receberá investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Está entre as obrigações do empreendedor a realização de investimentos em saneamento básico, infraestrutura, sem falar nas mais de 4.000 famílias que moram em palafitas que serão removidas e receberão casas de alvenaria. Outro tipo de acusação feita é de que não houve debate. O IBAMA realizou 4 audiências públicas. A Audiência Pública de Altamira contou com a participação de mais de 6.000 pessoas. A FUNAI realizou 30 reuniões em aldeias indígenas, com a participação de aproximadamente 1.700 indígenas. A obra não traz impacto direto em Terras Indígenas, há impacto indireto na Volta Grande do Xingu. Foram estabelecidas pela ANA garantias de vazões mínimas superiores às hoje existentes. Com relação aos custos das obras, é natural que as empresas questionem, todavia cabe ao Estado avaliar o que tem razoabilidade. Outro argumento bastante repetido é de que Belo Monte só saiu do papel porque foram feitas benesses. É importante lembrar que os incentivos do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI são para todas as obras do PAC. Os outros incentivos são extensivos a todos os empreendimentos da área da SUDAM. Outro questionamento são as condições oferecidas pelo BNDES, que a nosso ver são as desejáveis. Finalmente, o argumento de que Belo Monte gerará pouca energia. Isso foi fruto das condições impostas como a não existência de reservatório. A outra crítica é que a energia é barata e se destina para exportação. O que também não é verdade porque o mercado livre está reclamando dos preços elevados para compensar os preços para o mercado cativo. São argumentos não sustentáveis num debate racional. O **Conselheiro CARLOS ROBERTO SILVESTRIN** lembrou que circulou muito pela imprensa, que os custos com a construção do canal estariam subavaliados. **MAURICIO TOLMASQUIM** falou que os projetos ainda estão sendo otimizados. O **Conselheiro CARLOS ROBERTO SILVESTRIN** afirmou que há vontade dos investidores das usinas do Rio Madeira em anteciparem a entrada da geração das usinas. Há também descompasso com o término das Linhas de Transmissão. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que o governo está fazendo um esforço para antecipar a conclusão das Linhas de Transmissão para as usinas do Madeira, todavia não é o cronograma que está previsto nos contratos das empresas que estão construindo as Linhas de Transmissão.

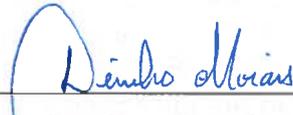
(3) Outros Assuntos. O **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, passou a palavra ao senhor **ADALBERTO SILVEIRA NETO**, Assessor do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, **ADALBERTO** afirmou que em reunião do Fórum, que contou com a representação de 15 Estados da Federação e do Distrito Federal, ficou decidido à elaboração de um documento que abordará os temas das Concessões e do Planejamento Energético. Com relação ao Planejamento



Energético há um reconhecimento com a sua evolução. Como exemplo, cita o caso do Rio Grande do Sul, onde o Balanço Energético sofreu evolução quando passou a ser realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. O documento a ser elaborado abordará a regionalização do Planejamento e das Concessões. O presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que a EPE tem assinado com vários estados, Termos de Cooperação para realização dos Balanços Energéticos, há cooperação de mão dupla. Outra questão é que aja um processo participativo com diálogo com todos os setores da sociedade. **ADALBERTO** perguntou o que Tolmasquim pensa sobre a regionalização do Planejamento. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que o nosso sistema é interligado e precisamos pensar se é possível fazermos diferente. O **Conselheiro CARLOS ROBERTO SILVESTRIN** sugeriu que poderiam ser incorporadas contribuições como a geração regional distribuída. Para o **Conselheiro SÉRGIO VALDIR BAJAY** boa parte das dificuldades com a área ambiental é descentralizada. Está na hora de pensarmos formas de descentralização. O governo do estado de São Paulo criou um CNPE local, todavia ainda não foi implantado. Vários estados estão amadurecendo a capacidade de fazer planejamento descentralizado. Existem alguns assuntos para os quais essa descentralização pode ser pensada, como a geração distribuída; a efficientização energética; a localização de termelétricas. Há áreas onde a descentralização é possível sem colidir com um planejamento integrado. Para o **Conselheiro CARLOS ROBERTO SILVESTRIN** a distribuição de gás poderia ser incorporada no planejamento energético dos planos decenais da EPE. Para **ADALBERTO** está na hora da revisão dos critérios sobre eficiência energética e a cada ano há alterações nos manuais de eficiência. Talvez a EPE possa ser um canal para revisão dos critérios de eficiência e de P & D. Para o **Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO** essa sugestão do Fórum dos Secretários deve ser feita com cuidado e merece ser analisada, pois se bem trabalhada pode contribuir para o planejamento do país. **MAURICIO TOLMASQUIM** não vê como problema a eficiência energética local e que cada estado possa fazer um inventário das suas fontes primárias de energia. O **Presidente do CONCEPE, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES** destaca que esses temas precisam ser abordados e que merecerem ser estudados com profundidade. O **Conselheiro XISTO VIEIRA FILHO** lembrou que nós que trabalhamos no setor elétrico estamos acostumados com o planejamento ótimo nacional. Todavia, poderá haver tópicos de otimização local. O **Conselheiro JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO** perguntou aos presentes o que está sendo visto para suprir a falta de armazenagem de energia, com o fim dos reservatórios. **MAURICIO TOLMASQUIM** respondeu que haverá necessidade de despacho de térmicas para complementação e não há problemas de ponta nos diversos subsistemas.



**Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o **Presidente do CONCEPE** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu, DENILVO MORAIS, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada na próxima reunião do Conselho, será assinada por mim.



---

**Denilvo Morais**  
**Secretário**